



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**MANDADO DE SEGURANÇA Nº 27936 - RJ (2021/0225795-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**  
**IMPETRANTE** : ANTONIO CARLOS ANTOLINI JUNIOR  
**ADVOGADOS** : FELIPE GUEDES STREIT - ES015473  
IANNICK DADALTO MARCHETTI FERREIRA - ES029240  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

### DECISÃO

Cuida-se de mandado de segurança, com pedido de liminar, impetrado por ANTONIO CARLOS ANTOLINI JUNIOR contra ato praticado pelo DESEMBARGADOR FEDERAL, integrante da 3ª Seção Especializada do TRF d 2ª Região nos atos da ação rescisória n. 5002429-22.2021.4.02.0000/RJ.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Segundo o art. 105, I, *b*, da Constituição Federal, que demanda interpretação restritiva, o Superior Tribunal de Justiça é competente para processar e julgar, originariamente, os mandados de segurança impetrados contra ato de ministro de Estado, dos comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica ou do próprio Tribunal.

Não fosse isso, o §1º do art. 10 da Lei n. 12.016/2019, que disciplina o mandado de segurança, assevera que “do ato do relator caberá agravo para o órgão competente do tribunal que integre”.

Aplica-se ao caso, portanto, a Súmula n. 41 do STJ: "O Superior Tribunal de Justiça não tem competência para processar e julgar, originariamente, mandado de segurança contra ato de outros tribunais ou dos respectivos órgãos."

Ante o exposto, com fundamento no art. 212 do RISTJ, indefiro liminarmente este mandado de segurança em face da incompetência absoluta do Superior Tribunal de Justiça.

Sem condenação em honorários (Súmula n. 105 do STJ).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente